PARECER JURIDICO

Ao Srº.
Procurador Jurídico
Neste.
Assunto: Solicitação de Parecer jurídico

Prezado Senhor,

Venho por meio de esta solicitar um parecer sobre a legalidade do termo aditivo sobre o contrato n° 06/2024, que tem por objeto prorrogar o prazo de vigência contratual, em atendimento ao artigo 72 no seu parágrafo III da lei 14.1333/2021 III – "**parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos**"; na contratação de empresa especializada para prestar serviço do objeto contratado, para atender o Fundo Municipal de Saúde de Ananás Tocantins nos moldes legais.

Que o presente termo aditivo somente seria celebrado se tivesse interesse de ambos apartes, tendo em vista a manifesta por parte da empresa conforme consta nos autos do processo.

A continuidade também é conhecida como o princípio da permanência, que prevê que os serviços públicos não podem sofrer interrupções, ou seja, devem ser prestados em caráter de continuidade.

Ananás – TO, 05 de dezembro de 2024.

MILKA FERNANDES SILVA BORGES
Agente de contratação

ANA CAROLINE PEREIRA DE SOUSA
Agente de apoio

CLEUDIRENE DA SILVA ATAUJO
Agente de apoio

EDILANIA ALVES FERREIRA
Agente de apoio

WIVI RIBEIRO PINTO
Agente de Apoio